



INTERNATIONAL MONETARY FUND FACTSHEET

O FMI e a Europa

O FMI mantém uma presença ativa na Europa como provedor de assessoria em políticas, financiamento e assistência técnica. Este trabalho é executado de forma independente e, nos países da União Europeia (UE), em cooperação com instituições europeias, como a Comissão Europeia (CE) e o Banco Central Europeu (BCE). O FMI passou a ter atuação mais intensa na Europa desde o início da crise financeira global em 2008, com ainda mais destaque a partir de meados de 2010, em função da crise na área do euro.

Avaliação das economias nacionais e da área do euro

O FMI presta serviços de análise econômica e assessoria em políticas como parte de seu processo normal de **supervisão** de cada economia avançada e emergente da Europa, um trabalho que culmina nas consultas regulares (normalmente anuais) com cada país membro e, se pertinente, instituições europeias como o BCE e a Comissão Europeia. Os relatórios de supervisão bilateral para estas consultas incluem avaliações das perspectivas econômicas e da estabilidade econômica e financeira.

Além das discussões de política com cada um dos 19 membros da área do euro, o corpo técnico do FMI também mantém consultas anuais com o conjunto da área do euro, semelhantes às que ocorrem com outras uniões monetárias. Nesse contexto, o corpo técnico do FMI troca impressões com seus homólogos no BCE, na Comissão Europeia e em outras instituições europeias em uma série de áreas, tais como políticas monetária e cambial e políticas fiscais regionais, supervisão e estabilidade do setor financeiro, comércio internacional e fluxos de capital transfronteiriços, bem como políticas estruturais. A versão final do relatório do corpo técnico inclui uma avaliação global das perspectivas econômicas, da posição externa e orçamentária e da estabilidade financeira do conjunto da área do euro. Como parte desse processo de **consulta**, as opiniões do FMI sobre as perspectivas e políticas econômicas da área do euro são apresentadas ao Eurogrupo, que reúne os 19 ministros das finanças da área do euro.

Análise global e regional, efeitos de contágio e temas transversais

As perspectivas e riscos, repercussões e recomendações de políticas para cada país europeu e para o conjunto da área do euro são avaliadas em um contexto global no *World Economic Outlook*, *Global Financial Stability Report*, *Fiscal Monitor* e *External Sector Report* — as mais importantes publicações semestrais do FMI. Essas avaliações são elementos integrantes do trabalho do FMI de supervisão de seus países membros.

De onde vem o dinheiro

A maior parte dos **recursos do FMI** atribuídos às diferentes atividades na Europa provém dos países membros, sobretudo na forma de pagamento das cotas. Além disso, desde o início de 2009, o FMI assinou uma série de acordos bilaterais de empréstimos e compra de notas para reforçar sua capacidade de apoiar os países membros durante a crise econômica mundial. No início de 2011, entraram em vigor e foram ativados os Novos Acordos de Empréstimos (NAB) modificados e ampliados. Os acordos bilaterais com participantes do NAB então vigentes foram incorporados ao NAB.

Em dezembro de 2011, os países da área do euro se comprometeram a fornecer ao FMI **recursos adicionais** até o limite de € 150 bilhões (cerca de US\$ 200 bilhões). Atendendo a um pedido formulado por nossos países membros e com o apoio geral dos líderes do G-20 na Reunião de Cúpula de Cannes, em janeiro e março de 2012 a Diretoria Executiva do FMI discutiu a suficiência de recursos do Fundo. Em meados de 2012, diversos países membros assumiram novos compromissos bilaterais para ampliar ainda mais os recursos do FMI, dos quais cerca de US\$ 390 bilhões estão disponíveis. No início de 2016, foram cumpridas as condições gerais para a entrada em vigor do aumento das cotas no âmbito da XIV Revisão — que resultaria na duplicação das cotas, de DES 238 bilhões para DES 477 bilhões — e a maioria dos países efetuou o pagamento do aumento de suas cotas. Conforme acordado pela Diretoria Executiva em 2010, após o pagamento das cotas o NAB foi reduzido de DES 370 para DES 182 bilhões. Atualmente, a capacidade de crédito do FMI situa-se em cerca de DES 690 bilhões.

O FMI produz também análises comparativas para extrair lições de política que ajudem a abordar os desafios comuns que os países membros enfrentam. Desde 2013, o FMI examina temas transversais utilizando uma nova abordagem — a análise de grupos de economias com fortes interligações ou preocupações comuns — como complemento da supervisão bilateral da instituição, como por exemplo: **Nordic Regional Report**, **German-Central European Supply Chain Report**, **Baltic Cluster Report**, **Housing Cluster Report** e **New Member States Policy Forum Cluster Report**. O FMI publicou ainda análises que abordam diversos temas amplos de política de interesse para a Europa: a busca do equilíbrio interno e externo, os altos índices de desemprego entre os jovens, o volume elevado de créditos duvidosos no sistema bancário, a **inflação**, o **surto de refugiado e o impacto da emigração**¹; os salários mínimos,² a **participação feminina na força de trabalho** e o impacto do referendo no Reino Unido para deixar a UE.³

Em relação aos países da Europa central, oriental e do sudeste, o FMI publica um relatório semestral intitulado *CESEE Regional Economic Issues*, que debate temas analíticos de interesse comum para a região. Entre os temas abordados recentemente estão os desafios para o crescimento potencial pós-crise, a compatibilidade entre consolidação fiscal e crescimento, o ciclo de crédito e os padrões de financiamento externo da região.

Integração da área do euro

O FMI dedica grande atenção aos avanços no estímulo à integração na área do euro, de

modo a garantir o funcionamento eficaz da união monetária. O primeiro **Programa de Avaliação do Setor Financeiro** (FSAP) sobre o conjunto da UE, concluído em março de 2013, defendeu a criação de um Mecanismo Único de Supervisão (MUS). Além disso, o FMI

¹ <https://www.imf.org/external/pubs/cat/longres.aspx?sk=42896.0>

² <https://www.imf.org/external/pubs/cat/longres.aspx?sk=43961.0>

³ <http://www.imf.org/external/pubs/cat/longres.aspx?sk=43980.0>

publicou estudos em favor de uma [União Bancária](#) para fortalecer a supervisão financeira da UE e desfazer os vínculos entre bancos e entidades soberanas; de uma [União Fiscal](#) para ajudar a eliminar lacunas na arquitetura da área do euro; e de um [quadro de Governança Econômica](#) mais eficaz para melhorar os [incentivos às reformas estruturais](#).

Concessão de empréstimos

Desde o princípio da crise financeira mundial, diversos países europeus emergentes e avançados solicitaram [apoio financeiro](#) do FMI para ajudar a superar seus desequilíbrios fiscais e externos. Na Europa, o acesso aos recursos do FMI foi obtido nas modalidades de [Acordo Stand-By \(SBA\)](#), [Linha de Crédito Flexível \(FCL\)](#), [Linha de Precaução e Liquidez \(PLL\)](#) e [Programa de Financiamento Ampliado \(EFF\)](#).

A primeira onda de programas apoiados pelo FMI em 2008-09 destinou-se sobretudo a países europeus emergentes. O FMI também concedeu empréstimos à [Islândia](#) após o colapso do sistema bancário do país no fim de 2008. A partir de 2010, foram também concedidos empréstimos a países da área do euro: Grécia, Irlanda, Portugal e Chipre. Em julho de 2014, o crédito em aberto com esses países atingiu o pico de DES 66,3 bilhões, mas até 16 de setembro de 2016 havia baixado para cerca de DES 29,7 bilhões, em parte devido aos pagamentos antecipados realizados por Portugal e Irlanda. Após o término dos acordos EFF de Irlanda e Portugal, em dezembro de 2013 e junho de 2014, respectivamente, esses países passaram a ser acompanhados no âmbito da monitorização pós-programa (PPM). O acordo com a Grécia foi cancelado em janeiro de 2016. O acordo EFF de Chipre foi cancelado em março de 2016, pouco antes de expirar, e o país passou a ser submetido à PPM.

Até 16 de setembro de 2016, o FMI mantinha acordos ativos com seis países europeus de mercados emergentes (ver quadro) totalizando cerca de € 33,9 bilhões (ou US\$ 38 bilhões) em compromissos. O total do crédito em aberto junto aos países membros europeus situava-se próximo a € 49,4 bilhões, ou cerca de US\$ 55,4 bilhões.

Na maioria dos países da UE — entre eles Hungria, Letônia e Romênia — o financiamento do FMI foi prestado em conjunto com a UE, enquanto a Polônia firmou um acordo com o Fundo no âmbito da FCL. A experiência adquirida com os programas conjuntos na Europa central e oriental revelou-se valiosa quando países da área do euro solicitaram a ajuda do FMI. Naquela altura, a colaboração foi estendida para incluir outro parceiro, o BCE. O propósito da cooperação entre estas três instituições é garantir um nível máximo de uniformidade e eficiência nas discussões programáticas entre os técnicos e os governos sobre as políticas necessárias para recolocar as economias em uma trajetória de crescimento econômico sustentável. Não obstante a estreita coordenação entre o FMI e as outras duas instituições, as decisões relativas a empréstimos e assessoria em políticas são tomadas pelos 24 membros da Diretoria Executiva do FMI.

Programas apoiados pelo FMI na Europa

Em 16 de setembro de 2016, o FMI mantinha acordos com seis países europeus, totalizando cerca de 33,9 bilhões de euros, ou 38 bilhões de dólares.

País membro	Entrada em vigor	Vencimento	Montante do acordo (bilhões)			Saldo não utilizado (bilhões)	
			Euros (bilhões ¹)	Dólares (bilhões ¹)	Como % da cota ²	Euros (bilhões ¹)	Dólares (bilhões ¹)
Acordos Stand-By							
Kosovo	29/7/2015	28/5/2017	0,18	0,21	179	0,11	0,13
Sérvia	23/2/2015	22/2/2018	1,17	1,31	143	1,17	1,31
Programa de Financiamento Ampliado							
Albânia	28/2/2014	27/2/2017	0,37	0,41	212	0,07	0,08
Bósnia e Herzegovina	7/9/2016	6/9/2019	0,55	0,62	167	0,47	0,53
Ucrânia	11/3/2015	10/3/2019	15,40	17,29	614	8,61	9,66
Linha de Crédito Flexível							
Polônia	14/1/2015	13/1/2017	16,21	18,20	317	16,21	18,20
Total			33,9	38,0		26,6	29,9

Fonte: Cálculos do corpo técnico do FMI.

¹ Calculado à taxa de câmbio vigente em 16 de setembro de 2016.

² No momento da aprovação.

A Iniciativa Europeia para a Coordenação Bancária

A Iniciativa de Viena foi lançada no auge da crise financeira em 2008/09 para ajudar a evitar o êxodo de grupos bancários transnacionais da Europa ocidental cujas filiais dominam os sistemas bancários da Europa central, oriental e do sudeste. Os bancos firmaram acordos explícitos de manutenção de sua exposição no caso dos cinco países com programas do FMI. Essa iniciativa reúne importantes organismos financeiros internacionais (BERD, Banco Mundial e FMI), a Comissão Europeia e outras instituições pertinentes da UE; os principais grupos bancários transnacionais e as autoridades dos países de origem e de destino.

A iniciativa foi relançada em janeiro de 2012 como Viena 2 em resposta a uma segunda onda de desalavancagem e circunscrição da supervisão, tendo como foco o aumento da cooperação entre as autoridades dos países de origem e de destino, com o acompanhamento do ritmo de desalavancagem para que esta seja ordenada e coerente com a evolução do crédito. A iniciativa publica relatórios trimestrais de monitorização da desalavancagem e do crédito na Europa central, oriental e do sudeste, faz recomendações às instituições europeias pertinentes sobre melhorias na coordenação da supervisão e resolução bancária transnacional e organiza fóruns sobre as atividades bancárias transnacionais nos países de origem. Esses fóruns proporcionam uma oportunidade de diálogo entre os bancos de importância sistêmica em um país e os principais interlocutores desse bancos: as autoridades monetárias e os órgãos reguladores, a matriz dos grupos bancários internacionais e seus órgãos reguladores. Já foram realizados fóruns dessa natureza na Albânia, Bósnia, Croácia, Eslovênia, Hungria, Montenegro, Sérvia e Ucrânia.

Prestação de assistência técnica

A **assistência técnica** do FMI ajuda os países a fortalecer as capacidades de suas instituições e a formular políticas mais eficazes. Assim, ela contribui para a eficácia global do trabalho de supervisão do Fundo e de seus programas de financiamento.

Na Europa, os maiores beneficiários dessa assistência, numa ampla gama de áreas, são as economias de mercados emergentes, como Albânia, Bósnia e Herzegovina, Bielorrússia, Romênia, Sérvia e Ucrânia. Contudo, na sequência da crise financeira mundial, verificou-se também a procura pela assistência técnica do FMI nas economias avançadas. Por exemplo, o FMI prestou assistência para a monitorização dos progressos nas reformas do sistema financeiro da Espanha, bem como assistência em política tributária e administração da receita a Dinamarca, Finlândia, Itália, Portugal, Grécia, Estônia e Eslováquia.

O FMI fornece assistência técnica de diversas maneiras. Em muitos casos, a assistência é prestada por missões de curta duração de especialistas da sede do FMI, ou por peritos e/ou consultores residentes destacados por períodos que variam de algumas semanas a alguns anos. A assistência pode também abranger estudos técnicos e de diagnóstico, curso de formação, seminários, workshops e assessoria e apoio *online*.

O FMI vem adotando uma abordagem mais regional à prestação da assistência técnica e formação. O Instituto do FMI organiza cursos para funcionários públicos dos novos países membros da UE e outras economias em transição na Europa e na Ásia por intermédio do Instituto Multilateral de Viena, na Áustria.